

O MÉTODO DIRETO NA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS GRANDES INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO VALE DO ITAJAÍ, SC, BRASIL

Autores:

EMERSON HOCHSTEINER DE VASCONCELOS

(UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB)

AMÉLIA SILVEIRA

(UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU)

PAULO ROBERTO DA CUNHA

(UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB)

TARCÍSIO PEDRO DA SILVA

(UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB)

RESUMO

Estudo das grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, quanto à adoção do método direto da DFC, buscando ampliar o conhecimento sobre a temática. Definido como teórico-empírico e essencialmente descritivo, adotou, em sua primeira fase, o método quantitativo, do tipo *survey*, utilizando questionário com questões fechadas e abertas para o levantamento dos dados. A amostra foi censitária. Os sujeitos sociais os gerentes contábeis das 16 empresas pesquisadas. Os resultados indicaram que a maioria destes gestores contábeis é responsável pela contabilidade destas indústrias têxteis, tendo formação de grau superior e cursos de pós-graduação, com tempo de atividade profissional médio de 8,31 anos. Das 16 empresas consultadas apenas quatro elaboram, efetivamente, a DFC e o fazem pelo método indireto. A totalidade daqueles que elaboram a DFC reconhece que a mesma atende a todas as suas necessidades informacionais, embora reconhecendo que o método direto seja o único que pode fazê-lo com absoluto alinhamento ao objetivo da demonstração. A grande maioria dos entrevistados também considera que todas as empresas deveriam elaborar a DFC e que esta deveria ser obrigatória. Considera, ainda, o método direto superior ao indireto, guardando simetria com o apurado ao longo do embasamento teórico.

1INTRODUÇÃO

As empresas utilizam as demonstrações e os relatórios contábeis para informar aos diversos públicos os resultados de suas operações. Há, entre elas, algumas com a obrigatoriedade, conforme previsão legal. No Brasil, a Lei nº 6.404/76, em seu artigo 176, disciplina esta matéria e determina as demonstrações contábeis que deverão apresentar a situação patrimonial e as mutações que ocorreram no período, bem como as que deverão acontecer ao final dos exercícios sociais. Entre as demonstrações contábeis obrigatórias utilizadas para evidenciar as informações financeiras das empresas que atendem às exigências constantes na referida Lei, encontram-se:

- a) Balanço Patrimonial,

- b) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados,
- c) Demonstração do Resultado do Exercício e
- d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Dentre estas, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) tem por objetivo explicar a variação do capital circulante líquido (IUDÍCIBUS; MARION, 2006, p. 199).

Embora a DOAR seja uma demonstração obrigatória, sua utilização como fonte de informações tem recebido críticas. Matarazzo (1998, p.50) é um autor que faz referências a sua complexidade e pouco detalhamento das informações. Aparentemente, estas críticas se fundamentam, uma vez que a DOAR foi substituída em alguns países da Europa em 1975 e, nos Estados Unidos da América, em 1987, pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). Esta DFC foi regulamentada pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), por meio da Statement of Financial Accounting Standards (SFAS), expedido pelo FASB, em 1987, constituindo-se no FAS-95. (FASB, 1997; AFONSO, 1998, p.42; CAMPOS FILHO, 1999, p.25). Aparentemente, a DOAR é elaborada apenas para tender às exigências legais, tendo sido substituída na preferência das empresas pela DFC. Embora não obrigatória, a DFC foi recomendada em 1995, pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON). Cabe ressaltar que, no momento, tramita no Congresso Nacional, proposta de alteração da Lei 6.404/76, particularmente no que se refere às demonstrações obrigatórias, propondo a substituição da DOAR pela DFC.

Neste sentido, Lustosa (1997, p. 29), ao comentar a substituição da DOAR pela DFC, nos Estados Unidos da América, pondera que a abstração do que esta demonstração contábil representa seja um dos motivos de sua extinção. Afirma o autor que ativo e passivo circulante são concretos. Mas a diferença entre ambos é abstrata, pois não se pode fazer uma vinculação direta entre as fontes de curto prazo (passivo circulante) e os investimentos de curto prazo (ativo circulante). Continuando, pondera que estas razões poderiam ser consideradas igualmente para o Brasil, uma vez que se trata da mesma demonstração contábil. (LUSTOSA, 1997, p. 26 e 29).

O estudo de Soares (1998, p. 127), um ano mais tarde, referente às Demonstrações Contábeis Obrigatórias – estando, entre elas, a DOAR – reforça este ponto de vista. Tendo como sujeitos sociais da pesquisa os gestores financeiros das empresas da Zona Franca de Manaus, ficou demonstrado que 70% dos entrevistados não utilizam as informações da DOAR, em virtude de as mesmas tratarem de informações pertencentes ao não-circulante das empresas.

Rocha e Beuren (2001, p. 19), da mesma forma, com base em uma pesquisa de cunho regional, com gestores financeiros de empresas, em resposta a um quesito sobre a obrigatoriedade da elaboração da DOAR e da DFC, apuraram que 100% dos entrevistados “foram consensuais e optaram pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), ratificando a supremacia de escolha desta demonstração, quando comparada com a atualmente obrigatória DOAR”.

Ao que tudo indica, a preferência pela DFC, no Brasil, em detrimento da DOAR, tem seu fundamento em função do maior detalhamento das informações, uma vez que não há, em realidade, alteração no modo de fazer. Consiste em uma tentativa de tornar a demonstração contábil mais útil em sua ampliação. A DFC, entretanto, pode ser elaborada pelo método indireto ou pelo método direto. Quando elaborada pelo método indireto, apresenta muitas similaridades com a DOAR. Especialmente, na parte inicial no lucro líquido do exercício. Ou seja, é um informativo de fluxo de caixa que se inicia por informações econômicas, o que

pode suscitar dúvidas quanto à sua qualidade informacional sobre as variações do disponível de uma empresa. A elaboração da DFC pelo método indireto parece corresponder mais a uma preferência decorrente da facilidade de sua elaboração. Neste ponto, Salotti e Yamamoto (2004, p. 11), quase dez anos depois são contundentes quando afirmam que “a flexibilidade do FASB quanto à escolha do método de divulgação da DFC é ineficaz e a DFC divulgada pelo método indireto não está atingindo seus objetivos”, sendo que isto possibilita suscitar dúvidas quanto à sua qualidade para informar sobre as variações do disponível de uma empresa.

Apesar de suas semelhanças, conforme Perez Júnior e Begalli (1999, p.180), o desenvolvimento da DFC, pelo método indireto, inicia por demonstrar as atividades operacionais, pelo lucro líquido, recebendo ajustes dos mais variados. Difere do método direto, rigorosamente, nesta parte da demonstração. Estes autores explicam que, no método direto, constam a totalidade dos pagamentos e recebimentos ocorridos pela atividade de uma empresa durante um determinado período de tempo, sendo este método direto, embora trabalhoso, mais simples e elucidativo em termos informacionais.

Portanto, a utilização do método indireto, em detrimento do método direto, na DFC, implica em reduzir a utilização das informações do fluxo de caixa, podendo ocorrer um considerável diferencial na análise dos indicadores. Na prática, o próprio sistema de informações gerenciais fica limitado. Não são aplicados esforços visando apresentar todas as variações ocorridas no disponível das empresas. As informações não refletem, inteiramente, as ocorrências financeiras. Refletem, apenas, as ocorrências contábeis. Desta forma, a não adoção da DCF pelo método direto pode acarretar um potencial prejuízo para a contabilidade, visto que fica limitada a informação para o estudo do fluxo de caixa da empresa. Com este ponto de vista é possível entender que poderá não estar sendo disponibilizada toda a qualidade das informações de um verdadeiro fluxo de caixa, mas apenas as operações em que se envolveu o disponível da empresa. Advoga-se, assim, que o método direto é o mais adequado para desenvolver a DFC, na empresa.

Com esta linha de pensamento, e sabendo-se que em Santa Catarina (SC) o setor têxtil é um dos mais representativos para a economia, situando-se no Vale do Itajaí, mais especificamente, as cinco maiores empresas brasileiras da área, há preocupação inicial em levantar até que ponto estas grandes indústrias têxteis adotam a DFC, pelo método direto. Estudos anteriores e mais recentes como os de Andreatta (2005) e de Fistarol (2005), desenvolvidos neste mesmo setor e nestas grandes indústrias, voltados para o sistema de informações gerenciais e a contabilidade financeira demonstram a pertinência em considerar este contexto para investigação. Estes estudos anteriores mostram que as grandes indústrias têxteis de Santa Catarina tem controles internos e de gestão desenvolvidos e testados suficientemente, podendo haver indicações para pressupor que tenham condições para a adoção de rotinas que embasem a DFC. Quanto à adoção do método direto para o desenvolvimento da DFC, apesar de este ser o mais apropriado para demonstrar as variações ocorridas no disponível das empresas, como se depreende das opiniões de estudiosos apresentadas ao longo deste estudo, o método direto, até o momento, não é o mais adotado.

Entende-se que a adoção do método direto, entretanto, pode constituir-se em uma solução para a tão sentida e reclamada ausência de dados que se refiram a um puro fluxo de caixa realizado. Esses dados trazem informações exclusivamente sobre as transações ocorridas no disponível da empresa, permitindo acesso a aspectos da gestão administrativa atualmente não-disponível. A adoção da DFC pelo método direto poderia disponibilizar somente os dados da movimentação do disponível, ou seja, o efetivo fluxo de caixa. Dessa maneira, o método direto na DFC, como uma proposição, torna-se um modelo de exemplar exatidão e coerência, harmonizando-se com as demais demonstrações contábeis, inserindo-se,

normalmente, nos métodos de execução da escrituração mercantil, prevista na legislação e nos princípios contábeis normalmente aceitos. Nesse sentido, no método direto, se o plano de contas e os lançamentos contábeis forem devidamente planejados, o balancete contábil utilizado em toda a sua potencialidade dispõe de todas as informações necessárias, uma vez que essa demonstração contém segregadas, entre seus dados, aquelas informações de cunho puramente financeiro, com o objetivo de revelar com exatidão as variações ocorridas no disponível da empresa.

Se a não-adoção do método direto na DFC apresenta-se como um problema para as empresas em geral, acredita-se que, nas grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, este panorama poderá estar ocorrendo, podendo ser confirmado e averiguado.

Partindo, então, do conhecimento da não-adoção do método direto na DFC pelas empresas brasileiras em geral, realizou-se o presente estudo para investigar se as grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, adotam o método direto na DFC, bem como para investigar o entendimento dos gestores contábeis quanto a este assunto, o qual poderá contribuir para ampliar o conhecimento visando a proposição de diretrizes que possam minorar os problemas das empresas e agilizar a substituição da DOAR pela DFC, a qual poderá se tornar obrigatória face ao processo que se encontra em trâmite no Congresso Nacional brasileiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A DOAR é reconhecida por estudiosos, como Iudícibus (1998, p. 215) e Marion (2003, p. 455), como uma demonstração contábil, além de sê-lo legalmente, por meio do art. 188 da Lei nº 6.404/76, o qual torna obrigatória a sua elaboração. De acordo com estes autores a DOAR também é conhecida por Demonstração de Fontes e Usos de Fundos ou, mais simplesmente, por Demonstração do Fluxo de Fundos ou, ainda, Demonstração das Modificações na Posição Financeira e também por Demonstração de Fontes e Usos de Capital de Giro Líquido (IUDÍCIBUS, 1998, p. 227; MARION, 2003, p. 455).

Segundo Zdanowicz (2004, p. 94), a DOAR é “o demonstrativo das variações de recursos, ocorridas no período compreendido entre dois balanços ou balancetes consecutivos, com o objetivo de identificar quem financiou o quê, durante os períodos considerados”. Para Goulart (2002), a DOAR presta-se a evidenciar as mutações que ocorreram no Capital Circulante Líquido (CCL).

De forma resumida, Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 71) explicam que a DOAR “é dividida em quatro grandes grupos: origens de recursos; aplicações de recursos; aumento ou redução do capital circulante líquido; e saldos dos ativos e passivos circulantes no início e no final do período”.

A finalidade da DOAR, de acordo com Iudícibus e Marion (2006, p. 199) e Marion (2003, p. 455), é esclarecer a variação que aconteceu no CCL entre dois momentos distintos no tempo, referente a uma mesma empresa. Dentre outras informações sobre a utilidade da DOAR, Schrickel (1999, p. 63) destaca as seguintes:

- a) o total das depreciações e amortizações que, geralmente, estão inclusas nos totais dos valores dos custos dos produtos;
- b) o valor das aquisições ou inversões de recursos no ativo permanente, seja no imobilizado técnico ou no financeiro;

c) o valor das variações, tanto no ativo como no passivo de longo prazo, que não teve impacto na conta caixa.

Com a DOAR, pretende-se analisar as origens dos recursos aplicados nas operações levadas a efeito por uma empresa. Analisam-se, também, os aumentos e reduções das partes que compõem o patrimônio, assim como os deslocamentos ocorridos na atividade econômica de uma empresa (ZDANOWICZ, 2004, p. 94).

O balanço patrimonial normalmente é constituído de dois blocos de informações, o ativo e o passivo, sendo que o primeiro apresenta os grupos de Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente, e o segundo, por sua vez, apresenta os grupos de Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido. Portanto, de acordo com Iudícibus (1998, p. 29), tendo o balanço patrimonial em mãos, ficam “claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade”. Conforme ainda Iudícibus (1998, p. 218), ao se subtrair do Ativo Circulante o valor do Passivo Circulante, “ter-se-á o que se denomina *Capital Circulante Líquido*, também chamado de *Capital de Giro Líquido*”. Outro conhecimento indispensável para compreender a DOAR é separar o que é circulante de não-circulante. De acordo com Marion (2003, p. 457), “em princípio, conhecemos que os valores circulantes são aqueles contidos no *Ativo Circulante e Passivo Circulante*. Portanto, os demais grupos de contas são vistos como *Não Circulantes*” Fazem parte dos grupos não-circulantes o Realizável a Longo Prazo, o Permanente, o Exigível a Longo Prazo, os Resultados de Exercícios Futuros e o Patrimônio Líquido. Para explicar a diferença entre os valores circulantes e os não-circulantes, Iudícibus (1998, p. 217) lança mão do raciocínio que incorpora o chamado ciclo operacional. Este ciclo, de forma simplificada, é formado pela aquisição de mercadorias à vista ou a prazo, sua correspondente venda e recebimento, igualmente à vista ou a prazo, e a nova aquisição de novas mercadorias para reiniciar o ciclo.

Para Schrickel (1999, p. 175), o ciclo operacional de uma empresa pode ser descrito como o processo “através do qual a empresa *“produz dinheiro mediante a aplicação de dinheiro em suas atividades sociais”*. Em outras palavras *“o caixa transformando-se em novo Caixa, mas em valor maior”*. No entendimento de Iudícibus (1998, p. 217), quaisquer outros valores, do Ativo ou do Passivo, que estejam alijados do ciclo operacional, “ou que tenham seu pagamento ou recebimento marcado para prazo superior ao necessário para completar o ciclo, são classificados em: *Ativo não Circulante* ou *Passivo não Circulante*”.

De acordo com Marion (2003, p. 459), o objetivo da DOAR é exatamente mostrar as alterações do CCL. Só ocorre variação no CCL com operações *“Não Circulante X Circulante”*. Em decorrência disto, qualquer “alteração do Não Circulante é a causa da variação do Circulante”. Marion (2003, p. 459) continua afirmando que: “Dessa forma a Doar não *evidencia*, por exemplo, a operação que envolve Estoque X Fornecedores, uma vez que se trata de Contas de Circulante. Portanto, a Doar só existe quando houver alterações simultâneas de *Circulante X Não Circulante*”.

Em um dos seus artigos, Martins (1999), embora tendo como intenção discutir a DFC frente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e ao regime de caixa em comparação com o regime de competência, findou por comentar sobre a DFC e a DOAR. Apesar de entender que a DOAR seja muito mais rica do “ponto de vista de efetiva utilidade e capacidade preditiva, aceita a substituição da DOAR pela DFC porque considera provável que haja um “ganho líquido decorrente da maior possibilidade de utilização do Fluxo de Caixa por um número muito mais ampliado de usuários” (MARTINS, 1999, p. 15).

Em artigo que enfoca a DFC e seus fundamentos conceituais, Braga (1996, p. 40) aborda a DOAR. Como parte de suas conclusões, verificou que há “uma tendência no sentido

do abandono da DOAR usual em prol da DFC” e que os fatos tendem a sinalizar “esse relatório como mais relevante aos usuários em suas avaliações de curto prazo que a DOAR e, dessa forma, a substituição desta última poderia se adequada”.

Em seu artigo, Silva, Santos e Ogawa (1993) teve como enfoque o mercado eficiente e a importância e impacto das informações para formar o preço de qualquer ativo. Como parte das informações utilizadas para este fim é decorrente das demonstrações contábeis, em certo momento, foram discutidas a DOAR e a DFC. O fulcro da discussão, como em muitos outros casos, foi a eventual substituição da DOAR pela DFC. Segundo o entendimento do autor, “parece existir uma crença generalizada de que o Demonstrativo de Fluxo de Caixa irá representar novas informações públicas, ao contrário do que ocorre hoje com a DOAR. Por isto o movimento mundial, que afeta inclusive o Brasil, pela troca desta por aquele”. Lamenta, no entanto que, no bojo das argumentações, não estejam sendo levados em consideração “o objetivo da eficiência do mercado, nem (*sic*) tampouco a influência que a informação possa exercer sobre a formação dos preços” (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993, p. 64).

Para a apresentação da DOAR, segundo Schrickel (1999, p. 63), não existe um modelo padrão, pelo menos quanto ao seu conteúdo. Isso porque a demonstração sempre dependerá dos eventos a serem registrados e de sua complexidade.

A apresentação do modelo de Schrickel (1999, p. 63), idealiza uma das finalidades da DOAR, qual seja, análise da demonstração para fins de extração de informações de utilidade. Nesse caso, particularmente para a concessão de crédito, é permitido supor grande parte dos eventos passíveis de ocorrência e que estejam consoantes aos normalmente apresentados pelo mercado.

Um modelo de DOAR que recebeu elogios de Santos (2004), que recomenda, inclusive, sua adoção pelas empresas, é aquele apresentado pela empresa Companhia Paranaense de Energia (COPEL), referente ao exercício encerrado em 31/12/2003. Isso porque foi incorporada à demonstração comumente apresentada, “a diminuição ou aumento do CCL, respectivamente, como Origem ou Aplicação de Recursos”, o que inovou, em sua apresentação, na qual o total das origens de recursos equiparou-se ao total das aplicações de recursos, no formato vertical em duas colunas, igual à apresentação do balanço patrimonial.

Decorridos aproximadamente trinta anos desde sua obrigatoriedade legal, muito se escreveu sobre a DOAR. Como resultado, se conhece profundamente esta demonstração contábil. Considera-se a possibilidade, também, de que esta situação de pesquisa e prática tenha contribuído para expor suas fragilidades e consistências, gerando argumentações as mais diversas em sua defesa e também para sua substituição. Ainda em relação à DFC, em sua tese de doutorado, Barbieri (1995, p. 34) apresenta uma pesquisa realizada nos Estados Unidos da América, na qual, em determinado momento, revela que, das 600 empresas consultadas que procediam à elaboração da DFC, apenas 15 o faziam pelo método direto e as demais 585 utilizavam o método indireto.

Soares (1998) ao avaliar se os dados contidos nas demonstrações contábeis de evidenciação obrigatória atendiam às necessidades quanto às informações dos gestores financeiros das empresas, focando seus esforços na Zona Franca de Manaus. Concluiu que as empresas “utilizam as informações contidas nas demonstrações contábeis obrigatórias. Porém não consideram-nas (*sic*) suficientes, tendo assim de elaborar relatórios complementares para suprir suas necessidades informacionais” (SOARES, 1998). Como Soares (1998) se refere às demonstrações obrigatórias, e a DOAR é uma delas, além de enfatizar as necessidades dos gestores financeiros, sendo que a DOAR é pretensamente uma demonstração que pretende atender a essas necessidades, pode-se concluir que a DOAR constitui-se em uma das demonstrações analisadas pelo autor e que a mesma não atende a todas as necessidades de

informações das empresas estudadas. (SOARES, 1998).

Em sua dissertação, Santiago (2000) constatou que, no Brasil, a percepção dos funcionários da contabilidade das empresas de capital aberto é da “substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração de fluxos de caixa. Essa substituição, via de regra, deve-se à dificuldade que os usuários menos afeitos à contabilidade têm em entender aquela demonstração”. Santiago (2000) também constatou que “esse grupo de usuários considera que a obrigatoriedade de divulgação da demonstração dos fluxos de caixa tende realmente a trazer contribuições para a evidência contábil”.

Pereira (2001), objetivou “verificar se a DOAR e a DFC, como demonstrativos dos fluxos de fundos, refletem as mudanças estratégicas ocorridas na estrutura de capital das empresas”, tendo como foco as agroindústrias de Santa Catarina. Concluiu que as duas demonstrações realmente “refletem as mudanças estratégicas ocorridas na estrutura de capital, mas com características diferenciadas”. Tal fato, no seu entendimento, indica que a “DFC não substitui a DOAR como é o anteprojeto de alteração da Lei nº 6.404/76” (PEREIRA, 2001).

Com o enfoque na reforma da Lei nº 6.404/76, Silva Júnior (2003) analisou, em sua dissertação, as alterações propostas no que se refere ao exercício social e demonstrações contábeis, constantes no capítulo X da Lei nº 3.741/00, entre elas, a eventual substituição da DOAR pela DFC. Concluiu Silva Júnior (2003) que, apesar da procura para obter a harmonização das demonstrações contábeis, as opiniões sobre a necessidade das mudanças não são unânimes na classe contábil. Mesmo assim, o mencionado autor acredita que as alterações propostas “sejam uma grande evolução, contribuindo significativamente para a confiabilidade, comparabilidade, compreensibilidade e uniformidade das informações contábeis” (SILVA JÚNIOR, 2003).

Salotti; Yamamoto (2004, p. 13), que utilizaram a base de dados da FIPECAFI para selecionar as empresas que divulgaram a DFC nos períodos findos, em 31 de dezembro de 2000 e 2001, chegaram à conclusão que, das 104 empresas analisadas nos dois exercícios, 99 elaboraram a DFC pelo método indireto e apenas 5 o fizeram pelo método direto, ou seja, 95% utilizaram o método indireto e 5%, o método direto. Essa simultaneidade de ocorrências pode encerrar um potencial de prejuízo para a contabilidade, visto que, pela falta de esforço, curiosidade e conhecimento, limita a informação para o estudo do fluxo de caixa pelo método direto.

Em sua tese, Colauto (2005) tinha por objetivo geral “delinear uma proposta teórico-metodológica para evidenciar a influência de *accruals* no lucro contábil por meio da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos”. De certa forma, confirmou a utilidade dessa demonstração, uma vez que concluiu haver “significância estatística”, quando procurou “correlações entre o resultado contábil do período ajustado pelos *accruals* e a variação do capital circulante” (COLAUTO, 2005).

Por tudo que se relatou, sem utilizar o método direto, toda a qualidade das informações de um puro fluxo de caixa não é disponibilizada nem aproveitada pelos usuários. O seguinte ponto de vista de Frezatti (1996, p. 104) parece consubstanciar a solução procurada, qual seja, obter as informações das operações que realmente envolveram os recursos do disponível de uma empresa e que estejam situadas no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado do exercício. Um certo tipo de fluxo de caixa teria que ser criado para conter as informações que aparecem no saldo do balanço e as que estão na demonstração de resultados, para viabilizar o entendimento dos fatos apresentados. Em suma, os dois grupos de informações são necessários para que se possa analisar e entender os eventos que estão ocorrendo na organização. A implicação do fato apresentado por Frezatti (1996) é a possível visão limitada que os gestores financeiros, principalmente das grandes empresas, podem estar encontrando para planejar suas ações. A adoção do método direto ampliaria ainda mais o leque de

informações oriundas dos índices baseados nas demonstrações contábeis tradicionais.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, uma vez que teve suporte referencial que fundamenta a parte teórica e se realizou na realidade observável das grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí, SC. A pesquisa foi descritiva, *survey* ou de levantamento, sendo o método de estudo quantitativo.

Trujillo (2001, p. 5) explica “que as pesquisas quantitativas partem de um conjunto de resultados, empregando uma abordagem dedutiva”. As pesquisas do tipo *surveys*, de acordo com May (2004, p. 109), são utilizadas com maior frequência na pesquisa social, sendo também utilizadas por entidades governamentais, universidades, organizações militantes e pesquisadores acadêmicos. Basicamente, esse tipo de delineamento pretende “descrever ou explicar as características ou opiniões de uma população através da utilização de uma amostra representativa”.

Tanto Fistarol (2005, p. 83), como Andreatta (2005, p. 64-65) utilizaram, em 2005, como fonte primária para identificar as maiores indústrias do setor têxtil do Vale do Itajaí, SC, o banco de dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Os parâmetros para definir as grandes empresas foram os seguintes: a) faturamento; e b) número de empregados. Para Fistarol (2005, p. 82), as maiores indústrias têxteis do Vale do Itajaí, SC, são aquelas cujo faturamento anual situa-se entre R\$ 20.000.000,00 e R\$ 100.000.000,00, de acordo com uma instrução interna de 2000, do Banco do Brasil. Ainda segundo o critério utilizado pela Receita Federal, em vigor em 2005, são as empresas que apresentam um faturamento superior a R\$ 1.200.000,00 no ano. Necessário se faz registrar, entretanto, que, em novembro de 2005, entrou em vigor a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, na qual o valor de R\$ 1.200.000,00, considerado em 2004 pela Receita Federal, foi alterado para R\$ 2.400.000,00.

A população foi definida, primeiramente, como 31 empresas. As empresas de grande porte devem ter mais de 500 empregados, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Procurando atualizar esses parâmetros para este trabalho, realizou-se nova, no SEBRAE (2005), constatando-se que os valores permaneciam vigentes. Na verificação mais localizada, em termos geográficos, percebeu-se, entretanto, que 18 destas se localizavam no Vale do Itajaí, SC. Escolheu-se esse universo de pesquisa, então, de forma não-probabilística, com a intenção de dar continuidade e aprofundar os estudos anteriormente realizados sob o aspecto da controladoria. Decorrente de resultados apurados no início desta pesquisa, detectou-se, entretanto, que duas empresas da amostra não correspondiam ao perfil necessário para o estudo, em virtude de uma constituir-se em uma unidade fabril, tendo todas as funções administrativas desempenhadas pela unidade situada em São Paulo, inexistindo, portanto, o gestor contábil; e a outra por haver terceirizado totalmente a elaboração das suas demonstrações contábeis para um escritório especializado. Assim, considerando o reduzido número de elementos para estabelecer uma amostra, a pesquisa de campo foi realizada com o total da população de 16 indústrias, sendo, portanto, censitária, ou seja, a amostra é a própria população.

A coleta de dados por meio de um questionário estruturado, com questões fechadas, em sua maioria, e algumas questões abertas, totalizou 24 questões. Em sua primeira etapa estando a população definida e sabendo-se de sua localização, foi possível a utilização do correio eletrônico, para envio do questionário. Verificou-se, nessa etapa, se todos os

respondentes haviam recebido o questionário e se o haviam entendido, utilizando-se tanto o telefone, como o correio eletrônico. Cabe destacar que todas as 16 empresas devolveram os questionários, embora nem todas as questões tenham sido respondidas.

Os dados quantitativos coletados na primeira fase foram objeto de tratamento estatístico descritivo simples.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados são descritos conforme as características dos gestores contábeis, a elaboração da DOAR e o interesse e entendimento destes quanto à pertinência da adoção da DFC pelo método direto, sua validade, pertinência e qualidade nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí, SC.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES CONTÁBEIS

As características dos gestores contábeis das empresas estudadas, em relação à formação acadêmica, educação continuada e tempo de atividade no cargo, apresentou o seguinte resultado: das 16 empresas selecionadas, todas responderam. Cabe ressaltar entretanto, que das 16 (100%) das empresas que responderam ao questionário, apenas 13(81%) sujeitos sociais responderam a este item.

Os contadores representam 84,6% dos profissionais responsáveis pela contabilidade das grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, e os técnicos em contabilidade, 15,4%. No que tange à formação acadêmica todos são formados em ciências contábeis. Apenas um (7,7%) têm duas graduações, sendo Direito a segunda graduação.

No que se refere à complementação de suas qualificações acadêmicas em forma de educação continuada, apenas dois não cursaram pós-graduação. Os onze restantes realizaram cursos de pós-graduação em: Contabilidade Tributária; Administração Financeira e Direito Tributário; Finanças; MBA em Administração de Negócios; Especialização em Auditoria; Contabilidade na Fundação Getúlio Vargas (FGV); Especialização em Direito Tributário; Contabilidade de Gestão de Empresas e Negócios; Controladoria; e Contabilidade Financeira e Auditoria. Percebe-se, claramente, que os respondentes tem interesse em complementar seus estudos e o realizam dentro da área de atuação, em sua maioria.

Quanto ao tempo de atividade profissional, a análise estatística registra 8,31 anos como média, ocorrendo um desvio-padrão de 7,44. Pode-se revelar de alguma utilidade ressaltar, visando a uma análise mais aprofundada, o desvio-padrão encontrado. Sabe-se que o desvio-padrão informa sobre a dispersão dos dados em torno da média obtida: quanto maior seu valor, maior é a dispersão. Portanto, para uma avaliação mais acurada, o desvio-padrão deve ser analisado em conjunto com a quantidade de elementos constantes nos intervalos das classes. No caso, nota-se quase um equilíbrio entre a quantidade de elementos, permitindo deduzir que a média de anos de atividade exige a aplicação de uma folga no limite encontrado, e não uma aceitação pura e simples do seu número. Complementando a análise, encontra-se o valor mínimo de dois anos e o máximo de 24 anos.

4.2 GESTORES CONTÁBEIS: ELABORAÇÃO DA DOAR E INTERESSE PELA DFC

Neste grupo de questões, 13(100%) empresas responderam ao solicitado. Assim, quanto à elaboração da DOAR, dez (77%) empresas afirmam elaborar e três (23%) não elaboram. Pelo estudo, não se apuraram a forma jurídica das empresas, se estas são S/A's de

capital aberto ou fechado, e o valor do patrimônio líquido, podendo ocorrer que tal informação influencie a elaboração da DOAR. Estes dados deverão ser levantados para complementar análises posteriores.

No grupo de questões que buscavam estabelecer a elaboração ou não da DOAR, havia uma que indagava, para aqueles respondentes que não elaboravam a DOAR, quais outras demonstrações elaboravam, devendo mencioná-las em ordem crescente de prioridade, por ser uma questão aberta. Entre os três respondentes que não elaboram a DOAR, apenas dois responderam que elaboram outras demonstrações, optando apenas por mencionar as demonstrações informadas. O primeiro respondente citou “D.R.E. societária e gerencial, relatório de informações de custos, evolução do faturamento por região e ativo e passivo”, enquanto o segundo respondente informou “DFC e DRE”.

Nestas 16 (100%) grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, quatro (25%) elaboram a DFC, seguindo o modelo da FAS 95, e doze (75%) não elaboram. Aqueles que elaboram a DFC pelos métodos recomendados pelo FAS 95, responderam que a periodicidade com que é elaborada é mensal e trimestral. Ainda um dos respondentes, além de trimestral, elabora anualmente a DFC. No que se refere à satisfação dos gestores contábeis destas grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, SC, com as informações obtidas com a DFC, conforme o modelo da FAS 95, estes demonstram estar todos satisfeitos. Outra questão complementar a esta, solicitava a contribuição dos respondentes que não elaboram a DFC, no sentido de que externassem a razão ou razões por não fazê-lo. Dos doze respondentes possíveis, apenas quatro responderam. Com tão poucos retornos, optou-se por apenas transcrever as respostas, sendo uma, “que elaboram a DFC gerencial”; duas respostas para “que não foi solicitada a elaboração” e outra “que não havia avaliado eventuais vantagens de elaborar a DFC”.

Entretanto, oito (100%) respondentes forma mais específicos em seus respostas. Destes, seis (75%) dos respondentes consideram o método direto mais informativo e dois (25%) consideram o método indireto mais informativo. Estes seis (75%) respondentes consideram que a DFC pelo método direto informa com mais propriedade as variações ocorridas no disponível das empresas, enquanto os dois (25%) consideram que a DFC não possui melhor capacidade informativa sobre a variação do disponível das empresas. Aqui, somente oito foram os respondentes.

No entendimento de nove (100%) dos gestores contábeis das grandes empresas têxteis do Vale do Itajaí, sete (78%) consideram que é relevante ter demonstrações contábeis que informem os dados econômicos e exclusivamente financeiros separadamente, enquanto (dois) 22% não consideram importante. Neste ponto, somente nove gestores responderam.

Ainda no entender de 15 (100%) destes gestores contábeis, quatro (26%) consideram que seria recomendável que a DFC fosse elaborada pelas empresas de médio porte. O mesmo percentual de quatro (26%) outros gestores tem o entendimento de que seria recomendável, apenas, para as grandes empresas, e sete (48%) entendem que a elaboração da DFC seria recomendável para as empresas de todos os portes. Nesta questão, quinze foram os respondentes.

Cabe ressaltar que o parâmetro para enquadrar uma empresa em qualquer das categorias referidas acompanha aqueles mencionados na legislação e utilizados pelos órgãos públicos e entidades financeiras, obedecendo aos critérios de faturamento ou quantidade empregados registrados.

4.3 O ENTENDIMENTO DA VALIDADE, IMPORTÂNCIA E QUALIDADE DA DFC

Nesta questão, apenas os quatro (25%) respondentes que elaboram a DFC, seguindo o

modelo da FAS 95, encontraram legitimidade para respondê-la, representando, agora, 100% da amostra. Assim, sobre quais as finalidades das informações obtidas nas DFC's do FAS 95 são utilizadas, constatou-se que são para planejamento, para tomada de decisões, e principalmente, para elaborar orçamentos.

Três dos respondentes julgam que deveria haver obrigatoriedade da DFC, conforme o modelo do FAS 95. Estes três respondentes têm conhecimento sobre a proposta de alteração da Lei nº 6.404/76, que pretende tornar obrigatória a elaboração da DFC para as empresas brasileiras. Cabe ressaltar que a pesquisa revela que os quatro gestores contábeis elaboram a DFC no modelo FAZ 95 pelo método indireto, sendo que eles próprios são os responsáveis por esta elaboração e pela escolha do método da DFC do FAS 95, na empresa. Indagados sobre as razões para realizarem a DFC pelo método indireto, e não pelo método direto, um dos respondentes afirmou que: “é muito trabalhoso e as informações são insuficientes na contabilidade”. Os três outros sintetizaram afirmando apenas: “muito trabalhoso.” Continuando, os gestores contábeis afirmaram que decidiram utilizar o método indireto para elaboração da DFC, uma vez que este método é mais fácil de elaborar e de haver maior conhecimento do método. Como era possível ter múltipla escolha, isto é, opção por outras razões para adoção da DFC pelo método indireto, três dos respondentes, esclareceram que o que os motivou foi: “realização de cursos”, “por exigência da Bovespa” e “retrata melhor o disponível e foi recomendação da auditoria externa”.

Como é possível depreender pelas respostas, a questão das vantagens e desvantagens entre os métodos parece não ter sido abordada pelos respondentes. Aparentemente, a execução da DFC é apenas uma das rotinas do departamento de contabilidade, não tendo merecido nenhuma reflexão quanto ao ganho no que se refere à qualidade informacional.

Após análise das respostas dos respondentes para a questão que apurava a opinião sobre a validade de estudos que permitissem avanços para elaboração da DFC pelo método direto, constatou-se que todos os quatro gestores contábeis das empresas pesquisadas consideram útil a realização de tais estudos.

Para a questão que apura se os respondentes consideravam útil um método que permitisse extrair a DFC pelo método direto, somente da contabilidade, obteve-se posicionamentos divergentes dos quatro respondentes: dois consideram útil esforços nesse sentido, enquanto dois não têm a mesma opinião. Da mesma forma, em resposta à questão que pretendeu apurar se os respondentes que elaboram a DFC pelo método indireto, aproveitariam se tivessem a oportunidade de mudar para o método direto, uma vez que este seria elaborado no mesmo tempo e com a mesma facilidade daquele que usam, dois responderam que trocariam, enquanto dois não mudariam de método.

5 CONCLUSÃO

As conclusões possibilitam as seguintes conclusões acerca das características dos gestores contábeis das maiores empresas têxteis da Vale do Itajaí, SC, e da utilização da DFC, neste contexto.

Os gestores contábeis das empresas estudadas, em sua maioria – 84,60% – tem formação superior com graduação em ciências contábeis e atua no mercado, em média, há oito anos. Com referência à educação continuada em cursos de pós-graduação, apenas dois não tinham esse aperfeiçoamento acadêmico. Cabe enfatizar que a continuação dos estudos superiores, em nível de pós-graduação, indica a concentração nas áreas de contábeis ou muito próximas, como administração e controladoria. Pode-se concluir, assim, que estes gestores

contábeis procura especialização e maiores conhecimentos na área de atuação.

Com referência às demonstrações contábeis DOAR e DFC, confirmou-se o esperado. Nem todas as indústrias pesquisadas elaboram a DOAR e a DFC. Das 13(100%) indústrias que responderam a esta parte da pesquisa dez (77%) empresas elaboram a DOAR, e três (23%) não elaboram. Quanto à segunda opção – a DFC – apenas quatro (25%) das 16 empresas (100%) que responderam a este assunto a elaboram. Adotam, porém, o método indireto. Reforçando a efetividade das informações concernentes à DFC dos quatro respondentes, todos são os executores de sua elaboração. Entretanto, cabe chamar atenção de que, durante a realização da pesquisa, notou-se, na utilização do termo fluxo de caixa, certa confusão dos gestores, levando alguns a responderem que a elaboram, apesar da identificação na pergunta de tratar-se da demonstração vinculada ao FAS 95. No que concerne a estes respondentes constatou-se ainda que, na realidade, estavam se referindo ao fluxo de caixa gerencial para controle de recebimentos e pagamentos diários.

Quanto aos métodos disponíveis para elaboração da DFC, o direto e o indireto, a maioria dos respondentes considera o método direto mais informativo e que reflete melhor as variações ocorridas no disponível das empresas. Existe um equilíbrio quanto à periodicidade de elaboração, sendo que a mesma quantidade de respondentes as elaboram mensal e trimestralmente, e a totalidade afirma que a DFC que utilizam atende totalmente as suas necessidades informacionais. A grande maioria daqueles que elaboram a DFC informa que a finalidade de seu uso é elaborar orçamentos, planejamento e tomada de decisão.

Sobre a questão que trata da necessidade de demonstrações que reflitam apenas informações econômicas e outras financeiras, os respondentes consideram relevante ter demonstrações distintas quanto aos dados econômicos e aos dados financeiros das empresas. Sete gestores contábeis consideram que a DFC é recomendável para todas as empresas. Oito gestores contábeis se dividem, igualmente, em quatro em cada grupo, entre a recomendação da adoção da DFC para empresas de médio porte e de grande porte. Mais de 80% dos gerentes pesquisados consideram que a DFC deveria ser obrigatória, sendo que estes têm conhecimento da proposta que tramita no Congresso Nacional, propondo a substituição da DOAR pela DFC.

Quanto às razões para a elaboração da DFC pelo método indireto, três dos quatro respondentes o fazem porque a consideram a mais fácil de elaborar. Ao mesmo tempo, citam outras razões: por exigência da Bovespa; por ser recomendação da auditoria; e por retratar melhor o disponível. Todos os quatro respondentes consideram útil que sejam realizados estudos que permitam a elaboração da DFC pelo método direto, e três consideram válido o surgimento de um método que permita extraí-lo, diretamente, da contabilidade.

Ao final, dos quatro gestores contábeis que elaboram a DFC pelo método indireto, dois foram unânimes em afirmar que estariam dispostos a trocar de método, enfatizando que gostariam de ter acesso a sistematizações ou modelos norteadores. Os outros dois gestores contábeis não trocariam o método indireto pelo método direto.

Os resultados apresentados correspondem à primeira parte de uma pesquisa mais abrangente, que tem deverá tornar-se adotar o método qualitativo para possibilitar o aumento do entendimento sobre o assunto em pauta. Este aumento do conhecimento será realizado junto aos quatro respondentes que adotam a DFC pelo método indireto, sendo que trarão, certamente, contribuições válidas para ampliar o que foi aqui descrito. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida dentro da linha de pesquisa de Controle de Gestão, no grupo Pesquisas em Sistemas de Informações e Controladoria.

De forma geral pode-se concluir que o descrito quanto o encontrado no estudo sobre o

método direto na demonstração do fluxo de caixa nas grandes industriais catarinenses, localizadas geograficamente no Vale do Itajaí, SC, reforça o encontrado na literatura do tema. Até o momento é ainda incipiente a adoção da DFC, sendo a mesma realizada pelo método indireto em quatro das 16 indústrias estudadas. O método direto não é adotado nestas grandes indústrias do setor têxtil pesquisadas como forma de demonstração do fluxo de caixa.

A formação, educação continuada e o tempo de desempenho no cargo dos gestores contábeis destas indústrias atesta que estes tem conhecimentos, sendo que a maioria em nível de pós-graduação na área de atuação. O entendimento sobre este assunto em si, entretanto, parece evidenciar que há ainda a necessidade de estudos complementares que permitam a elaboração da DFC pelo método direto, sendo úteis conhecimentos quanto a um método mais sistematizado que permita extrair os dados, diretamente, da contabilidade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Roberto Alexandre Elias. **Análise da capacidade informativa da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração de fluxos de caixa (DFC): um estudo de caso.** Rio de Janeiro, 1998. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- ANDREATTA, Adalberto. **A controladoria nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí/SC - Brasil.** Blumenau, 2004. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.
- BARBIERI, Geraldo. **Fluxo de caixa: modelo para bancos múltiplos.** São Paulo, 1995. 262f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BRAGA, Roberto. Fundamentos conceituais da demonstração dos fluxos de caixa significado, vantagens e limitações, algumas evidências. **Caderno de Estudos/FIPECAFI**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 30-43, jul./dez. 1996.
- CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa.** São Paulo: Atlas, 1999.
- CATOLINO, Marcos Vieira. **Proposta de controladoria para indústrias de confecções de porte médio como suporte ao processo de gestão.** Florianópolis, 2002. 148f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- COLAUTO, Romualdo Douglas. **Metodologia para evidenciar a influência de accruals no lucro contábil por meio da demonstração de origens e aplicações de recursos.** Florianópolis, 2005. 214f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- FASB - FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS. **Original pronouncements: accounting standards.** Canada: John Wiley E Sons, 1997.
- FISTAROL, Carlos Fabiano. **Sistema de informações como suporte à gestão de controle nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí/SC, Brasil.** Blumenau, 2005. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.
- FREZATTI, Fábio. **Contribuição para o estudo da complementariedade do lucro e do fluxo de caixa na gestão de negócios no ambiente empresarial brasileiro.** São Paulo, 1996.

193f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GOULART, André Moura Cintra. O método de ensino de Pólya: aproveitamento na contabilidade. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA USP, 2, São Paulo, 2002. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, p. 1-12, 2002. 1 CD-ROM.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme o novo código civil. São Paulo: Atlas, 2006.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. DOAR: uma morte anunciada. **Cadernos de Estudos/FIPECAFI**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 26-38, jul./dez. 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade vs. fluxo de caixa. **Caderno de Estudos/FIPECAFI**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 09-17, jan./abr. 1999.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e comercial. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREIRA, Marialene. **As demonstrações das origens e aplicações de recursos (DOAR) e do fluxo de caixa (DFC) e a estrutura de capital das agroindústrias de Santa Catarina nos anos 80**. Florianópolis, 2001. 237f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos. **A elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Nilton da; BEUREN, Ilse Maria. Demonstração do fluxo de caixa vs demonstração das origens e aplicações de recursos: uma abordagem sob a ótica da gestão financeira. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1, **Anais...** São Paulo: FEA/USP, p. 1-21, 2001. 1 CD-ROM.

SALOTTI, Bruno Meireles, YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A estimativa do fluxo de caixa das operações representa o real fluxo de caixa das operações? **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI FEA USP**, São Paulo, v. 3, n. 35, p. 7-21, mai./ago. 2004.

SANTIAGO, Wagner de Paulo. **Demonstração dos fluxos de caixa**: uma contribuição para a evidenciação contábil. Lavras, 2000. 138f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Lavras, 2000.

SANTOS, Ariovaldo dos. Doar da Copel: um exemplo a ser seguido. **Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, v. 38, n. 23, p. 1-7, jun. 2004.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHRICKEL, Kurt Wolfgang. **Demonstrações financeiras**: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas. **Estudos e pesquisa sobre microempresas**. 2005 Disponível em: <<http://www.sebrae.com/aprendasebrae/estudosepesquisas.asp>>. Acesso em: 19 mai. 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; SANTOS, Jocineiro Olivera dos; OGAWA, Jorge Sadayoshi. Fluxo de caixa e DOAR. **Cadernos de Estudos/FIPECAFI**, São Paulo, n. 9, p. 36-66, out. 1993. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/>>

ead9/caixa.doar.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2005.

SILVA JÚNIOR, Daniel Martins. **A reforma da lei das sociedades anônimas: evolução ou regressão.** Salvador, 2003. 30f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Ciências Contábeis CEPPEV- Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu, Salvador, 2003.

SOARES, Luiz Augusto de Carvalho Francisco. **A divulgação de informações contábeis obrigatórias e as necessidades informacionais da área financeira: a visão de gestores financeiros de empresas do pólo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus.** Florianópolis, 1998. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TRUJILLO, Victor. **Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa.** São Paulo: Scortecci, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxos de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro.** 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.